

**A GUERRA E
AS GUERRAS
COLONIAIS
NA ÁFRICA
SUBSAARIANA**

**JOSÉ LUÍS LIMA GARCIA
JULIÃO SOARES SOUSA
SÉRGIO NETO
COORD.**

A ARMA QUE MUDOU A GUERRA

José A. Matos

0000-0003-0656-8513

Matthew M. Hurley

Resumo: A evolução da guerra colonial na Guiné sofreu uma mudança dramática em 1973–1974, quando os guerrilheiros do PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) tiveram acesso a uma arma antiaérea nunca vista em África: a última versão míssil terra-ar soviético SA-7 (Strela-2M). A introdução desta arma no teatro de operações da Guiné provocou profundas alterações no emprego da aviação e na eficácia das operações aéreas. Além do impacto na Força Aérea, esta nova arma criou também um sentimento de derrota nas forças militares portuguesas. Aproveitando as vantagens da nova arma, os guerrilheiros lançaram várias operações de grande envergadura que abalaram as forças portuguesas provocando mudanças no próprio comando militar em Bissau, incluindo a saída e substituição do general António de Spínola. A escalada da guerra provocou também uma reposta do regime em Lisboa, que apostou na continuação da guerra e no reforço do poder militar português no território.

Palavras-chave: Guerra Colonial, Guiné, Força Aérea

Abstract: The evolution of the colonial war in Guinea underwent a dramatic change in 1973–1974, when the guerrillas of the PAIGC (African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde) had access to an anti-aircraft weapon never seen in Africa: the last version of the soviet SA-7 missile (Strela-2M). The introduction of this weapon into the theatre of operations in Guinea triggered profound changes in aviation employment and the effectiveness of air operations. Beyond the impact in the Air Force, however, this new weapon also engendered a sense of defeat in the Portuguese military forces. Taking advantage of the new weapon the guerrillas launched several major operations that shook the Portuguese forces provoking changes in the military command itself, including the departure and replacement of General António de Spínola. The escalation of the war also provoked a response from the Lisbon regime, which gambled on continuing the war and strengthening Portuguese military power in the territory.

Keywords: Colonial War, Guinea, Air Force

O surgimento do míssil

O poder aéreo na Guiné era a grande vantagem que as forças portuguesas possuíam contra as tropas da guerrilha. Os guerrilheiros não tinham aviação e também não tinham armamento antiaéreo que fosse capaz de impedir a livre circulação dos meios aéreos portugueses na Guiné. Essa vantagem das forças portuguesas desaparece, no entanto, em março de 1973, quando os mísseis terra-ar Strela-2M de fabrico soviético causam as primeiras baixas na Guiné, com o abate de dois caças Fiat G.91 da Força Aérea Portuguesa (FAP). O primeiro é abatido no dia 25 de março, na zona de Guileje, no sul da Guiné, muito perto da fronteira com a Guiné-Conacri. O piloto, o tenente Miguel Pessoa, não se apercebe do míssil, mas consegue ejetar-se e é recuperado¹. Três dias mais tarde, a 28 de março, outro Fiat, desta vez pilotado pelo tenente-coronel Almeida Brito, também é abatido no sul da Guiné. O avião de Almeida Brito explode no ar provocando a morte do piloto². Na semana seguinte, a 6 de abril, a Força Aérea perde ainda dois aviões ligeiros de transporte DO-27 e um avião de ataque ligeiro T-6G, juntamente com os respetivos pilotos, devido à ação do míssil³. Para as tropas portuguesas é uma escalada na guerra com a qual não estavam a contar. Para o PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) é a derradeira arma para vencer a guerra.

A gravidade da situação surge bem espelhada numa informação que o Inspetor-adjunto Fragoso Allas, chefe da delegação da Direção-

¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Arquivo PIDE/DGS. Processo 641/61 PAIGC. Informação n.º 218/73-D.S.Inf. 2 da Delegação da Guiné da DGS. Assunto: Atividade do PAIGC, 3 de abr. de 1973, pasta 9, fls. 102/104.

² Idem – Ibidem.

³ Arquivo Defesa Nacional. Fundo Geral SGDN/1690. Relatório sobre a situação no Ultramar n.º 4/73, CTI Guiné, Anexo A.

-Geral de Segurança (DGS), na Guiné, envia para Lisboa, a 9 de abril, sobre a perda de vantagem da Força Aérea:

Não dispomos de meios aéreos que possam constituir uma força de dissuasão ou que nos permitam castigar duramente as bases de apoio, temos que encarar como muito possível que o PAIGC venha num muito curto prazo de tempo a estabelecer novas áreas libertadas, e dificultar ou impedir o tráfego aéreo e até mesmo a aniquilar algumas guarnições que agora passaram a não poder contar com o apoio aéreo para as defender, evacuar os feridos e reabastecer.

E mais à frente acrescentava: «Consideramos muito grave a situação resultante do emprego pelo PAIGC de novas armas antiaéreas»⁴. Na mesma data, a DGS, em Lisboa, tem já informação sobre o míssil obtida através dos Serviços Secretos Alemães (BND), que a envia ao Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN)⁵. Pouco tempo depois, esta informação é difundida pelas três frentes de guerra. Entretanto, o Comando da Zona Aérea da Guiné (COMZAVERDEGUINE) começa a tomar as primeiras medidas cautelares para minorar a ameaça da nova arma.

⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Arquivo PIDE/DGS. Processo 641/61 PAIGC. Informação n.º 247/73-D.S.Inf. 2 da Delegação da Guiné da DGS. Assunto: República da Guiné – Situação do PAIGC, 9 de abr. de 1973, pasta 7, fls. 190/192.

⁵ Arquivo Defesa Nacional (ADN). Fundo Geral SGDN/5681/7. Informação Suplementar do Secretariado Geral da Defesa Nacional. Assunto: União Soviética: Míssil Terra-Ar individual GRAIL (SA-7). Fonte: DGS, 9 de abr. de 1973.

A introdução do míssil na Guiné

Não se sabe com precisão a data em que o míssil chegou à Guiné, mas testemunhos de protagonistas do PAIGC envolvidos diretamente no processo como Luís Cabral, apontam no sentido de que os primeiros mísseis chegaram à Guiné depois da morte de Amílcar Cabral, que ocorreu a 20 de janeiro de 1973⁶. No mesmo sentido, aponta uma análise pericial feita pelas autoridades americanas aos fragmentos de um SA-7 recolhidos na Guiné, que refere fevereiro de 1973, como data de fabrico do míssil⁷. É interessante registar a este nível a cooperação que se estabeleceu entre os EUA e Portugal com vista a identificação do míssil.

Com efeito, uma parte do míssil encontrada no norte da Guiné é analisada na embaixada dos EUA, em Lisboa, por técnicos americanos que se deslocam à capital portuguesa, em meados de maio. O exame pericial feito na embaixada americana conclui que os vários fragmentos recolhidos até então correspondem a uma versão aperfeiçoada do SA-7 (Strela-2M), desconhecida nos países ocidentais e fabricada em fevereiro de 1973⁸. Juntamente com esta peritagem é entregue, a 25 de maio, no Secretariado Geral da Defesa Nacional (SGDN), um manual técnico da *Missile Intelligence Agency* (MIA) sobre o míssil, que permite finalmente às autoridades portuguesas conhecer a fundo as características e performances das versões conhecidas do SA-7⁹.

Pouco tempo depois, em junho, a secção de propulsão do míssil e um dos conjuntos eletrónicos são enviados a título definitivo para

⁶ CABRAL, Luís – *Crónica da Libertação*. Lisboa: Edições *O Jornal*, 1984, p. 433-444.

⁷ Arquivo Defesa Nacional (ADN). Fundo Geral SGDN/5681/7. Informação n.º 1387/RB c/anexo da 2.ª Repartição do Secretariado Geral da Defesa Nacional para o Estado-Maior do Exército. Assunto: Míssil Terra-A. 4 de jun. de 1973.

⁸ *Idem* – *Ibidem*.

⁹ Arquivo Defesa Nacional (ADN). Fundo Geral SGDN/5681/7. Manual ST-CS-14-232-72. *Missile Intelligence Agency* (MIA). dez. de 1972.

os EUA, para uma peritagem mais exaustiva, que originará depois um relatório técnico da *Defence Intelligence Agency* (DIA). A 11 de setembro, a DIA envia de Washington para o adido de defesa da embaixada americana em Lisboa, as conclusões da peritagem. A agência informa que estamos perante uma versão do míssil com um sistema de propulsão melhorado, que permite aumentar a velocidade do SA-7 em 20% a 25%, assim como a sua manobrabilidade, o que aumenta a capacidade do míssil dentro do seu envelope de interceção contra aeronaves de elevada performance¹⁰. Tudo indica que o modelo analisado era o Strela-2M ou SA-7B Grail Mod. 1, introduzido na União Soviética em 1971 e desconhecido no Ocidente¹¹. Desta forma, podemos concluir, que o PAIGC foi o primeiro movimento de guerrilha a usar esta nova versão do míssil. No Vietname de 1972 a 1973, este tipo de míssil só tinha sido usado pelas forças regulares norte-vietnamitas, e não pelos guerrilheiros vietcongues.

As primeiras medidas cautelares

Ultrapassada a fase de surpresa inicial, realizada a análise das perdas sofridas e deduzindo, ainda que empiricamente, o funcionamento da nova arma, dada a escassez de informação, o Comando da Zona Aérea (COMZAVERDEGUINE), introduz uma série de condicionamentos nas missões realizadas pelas diversas aeronaves. As primeiras medidas cautelares são adotadas em meados do mês de abril e implicam uma série de restrições de voo à Força Aérea, que afetam

¹⁰ Arquivo Defesa Nacional (ADN). Fundo Geral SGDN/5681/7. *Defense Intelligence Agency*. Teletype message, 111808Z SEP 73, to *Defense Attach Office*. Lisbon: 11 de set. de 1973.

¹¹ «KBM Kolomna Strela-2/-2M (SA-7 'Grail') Man-Portable Anti-Aircraft Missile System». In GETHING, Michael J. – *Jane's Electro-Optic Systems 2011-2012*. 17.^a Ed. London: Janes Information Group, 2011.

obviamente o apoio que a FAP prestava às unidades do Exército. Neste capítulo, a reação portuguesa não foi muito diferente da reação da Força Aérea americana (USAF) e sul-vietnamita no Sudeste Asiático, quando são confrontadas com este míssil em 1972¹². Perante a ameaça, os aviões americanos adotaram novos parâmetros de voo fora do alcance do míssil¹³. A FAP fez a mesma coisa. Podemos ver agora as primeiras medidas cautelares que foram adotadas pelos pilotos na Guiné em função do tipo aeronave:

- T-6G – Cancelamento das missões de apoio próximo às forças terrestres e de ataque ao solo de natureza independente.
- Fiat G-91 – Execução apenas de missões de bombardeamento a picar (BOP) e de metralhamento a picar (MAP), com entrada a 10 000 pés (3300 m) e saída a 3000 pés (990 m).
- DO-27 – Cancelamento das missões de Reconhecimento Visual (RVIS) e de Posto de Controlo Volante (PCV). Redução das missões de TGER e de TEVS (Transportes Gerais e Evacuação).
- Noratlas – Execução de missões de transporte limitado a 3000 kg de carga, a fim de assegurar a maior razão de subida das aeronaves dentro da zona de segurança garantida pelas forças terrestres. Canceladas as missões de lançamento de cargas aéreas.
- C-47 Dakota – Execução de missões de transporte aéreo limitado a 1500 kg de carga.
- Alouette III – Execução de missões de TGER e TEVS por duas aeronaves, a baixa altitude, uma limpa e a outra armada para proteção do conjunto e de apoio de fogo das tropas e do meio

¹² «New N. Viet Missile Causes Changes in U.S. Pilots' Tactics». *The Washington Post and Times Herald*. Washington D.C. LCCN sn 8402453915. A 12, July 1972.

¹³ «Oral History Interview of General John W. Vogt, Jr., by Claude G. Morita» *Seventh Air Force History. Implications of Modern Air Power in a Limited War*. Typed transcript, in USAF Collection, AFHRA, 29 November 1973.

aéreo de TEVS, na zona de operações das forças terrestres. Execução de missões de TGER apenas para pistas interditas ao DO-27.

Entretanto, o Comando da Zona Aérea e a DGS na Guiné conseguem obter mais informações sobre o míssil através do testemunho de ex-guerrilheiros, que desertaram para o lado português. É o caso de Tcheto Candé, que fornece informações importantes sobre a localização dos vários grupos de mísseis e dos elementos que os comandam¹⁴ e também de Armando Baldé, que dá várias informações sobre o funcionamento do SA-7 e das táticas usadas pelos grupos de atiradores contra os aviões da FAP.¹⁵

A redução da atividade aérea

Além da perda de aviões e de pilotos, o míssil afeta também a atividade aérea da FAP. Através da análise dos SITREPS (relatórios de situação) da época verifica-se que a atividade aérea na Zona Aérea de Cabo Verde e Guiné (ZACVG) sofre uma redução muito acentuada na segunda semana de abril (57% em termos de exploração operacional), embora depois se assista a uma progressiva normalização¹⁶.

¹⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Arquivo PIDE/DGS. Processo 332-CI (2). Relatório de interrogatório n.º 41/73 anexo à informação 306/73-D.S.Inf. 2 da Delegação da Guiné da DGS. 1 de mai. de 1973, pasta 9, fls. 102/104.

¹⁵ Arquivo Defesa Nacional (ADN). F3/1/1/1. Relatório Imediato n.º 5641/73/DI/3/SC da DGS sobre o míssil solo – ar Strella, 31 de out. de 1973.

¹⁶ Arquivo Nacional de Defesa (ADN). F2/SSR.002/87. Análise dos SITREPS Circunstanciados n.º 14, 15, 16 e 17/73 do COMZAVERDEGUINE, Bissau.

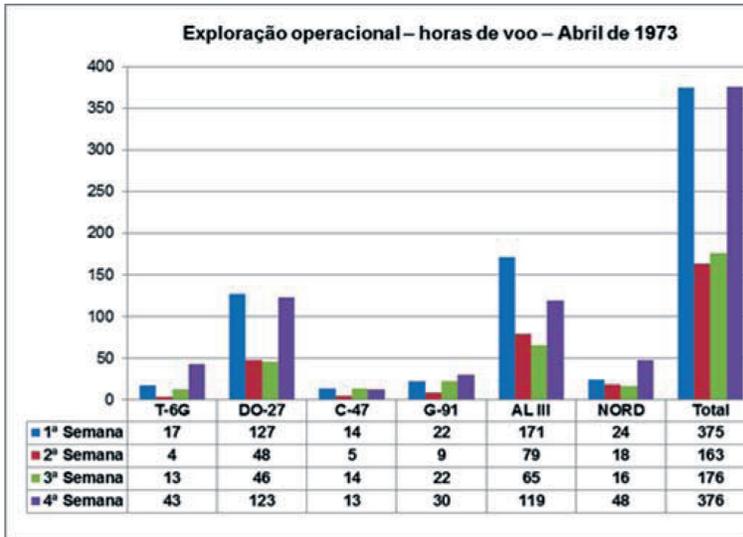


Gráfico 1 – Exploração Operacional em abril de 1973.

Como se pode ver pelo primeiro gráfico relativo à exploração operacional, no final do mês de abril, as várias aeronaves da ZACVG atingiram já os níveis de atividade do começo do mês, o que significa que a FAP se adaptou à nova ameaça, embora com uma série de restrições operacionais. Pelo gráfico podemos ver que a viragem acontece na 3.ª semana de abril, quando as medidas cautelares começam a ser aplicadas. As novas normas de voo e as táticas defensivas adotadas são depois objeto de uma diretiva do Comandante-Chefe da Guiné, general António de Spínola, que, a 29 de maio, emite a Diretiva 20/73, que estabelece definitivamente todos os procedimentos antimíssil a tomar, bem como as normas para os pedidos e ações de apoio aéreo¹⁷.

¹⁷ Arquivo Histórico Militar (AHM). DIV/2/4/228/2. Diretiva 20/73 do Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné. Bissau, 29 de mai. de 1973.

O impacto do míssil nos diferentes tipos de missões

Como já foi dito, através da análise dos SITREPS da ZACVG podemos ver facilmente a evolução dos diferentes tipos de missões em qualquer período de 1973¹⁸. Vamos agora analisar o que aconteceu ao longo do ano. Para uma melhor compreensão dos gráficos apresentados de seguida e elaborados a partir dos dados disponíveis nos SITREPS, faz-se aqui uma pequena explicação das abreviaturas utilizadas nos mesmos:

- ATIP – Ataque Independente Preparado
- ATIR – Ataque Independente em Reconhecimento
- ATAP- Ataque de Apoio Próximo
- AESC – Ataque em Escolta
- RVIS – Reconhecimento Visual
- RFOT – Reconhecimento Fotográfico
- TMAN – Transporte de Manobra
- TGER – Transportes Gerais
- TEVS – Transporte de Evacuação

Começando pelas missões de ataque, podemos observar no gráfico 2 relativo às ações aéreas de ataque, que há alguma quebra em abril e nos três meses seguintes, com exceção de maio, em que se regista um pico de atividade provocado pela crise militar de Guidage e Guileje.

¹⁸ Arquivo Defesa Nacional (ADN). Análise dos SITREPS Circunstanciados n.º 14, 15, 16 e 17/73 do COMZAVERDEGUINE, Bissau.

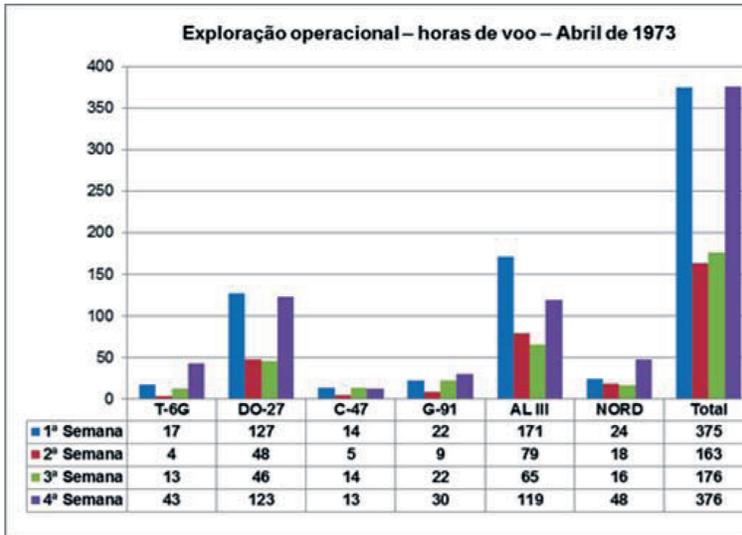


Gráfico 2 – Ações aéreas de ataque de março a dezembro de 1973.

De facto, maio é um mês crítico na Guiné com fortes ataques da guerrilha contra estes dois quartéis. No entanto, como se pode ver pelo gráfico 2, a partir de agosto, as missões de ataque da FAP aumentam de forma visível atingindo níveis superiores aos de março. Este aumento deve-se, principalmente, ao uso mais intensivo do Fiat G.91 a partir de agosto, que desempenha um papel importante na resposta à guerrilha.

De salientar também o pico de atividade em outubro, um mês em que a guerrilha esteve pouco ativa. Por outro lado, além do Fiat G.91, um avião C-47 de transporte é adaptado para missões de bombardeamento noturno podendo levar bombas de 15 kg, que são depois atiradas à mão por uma abertura na fuselagem na barriga do avião usada habitualmente para instalar máquinas fotográficas.

Embora não fossem bombardeamentos de precisão, tinham um efeito psicológico grande sobre a guerrilha. Podemos assim concluir que a Força Aérea manteve e até aumentou as suas ações ofensivas, apesar da presença do míssil.

Vamos agora analisar as missões de transporte muito relevantes no abastecimento dos quartéis do Exército. No que diz respeito a estas missões, a quebra é evidente até setembro aumentando a partir daí, embora nunca se alcance o número de ações registado em março. A redução é mais significativa nas missões TGER, importantes no abastecimento das diversas unidades do Exército espalhadas pela colónia.

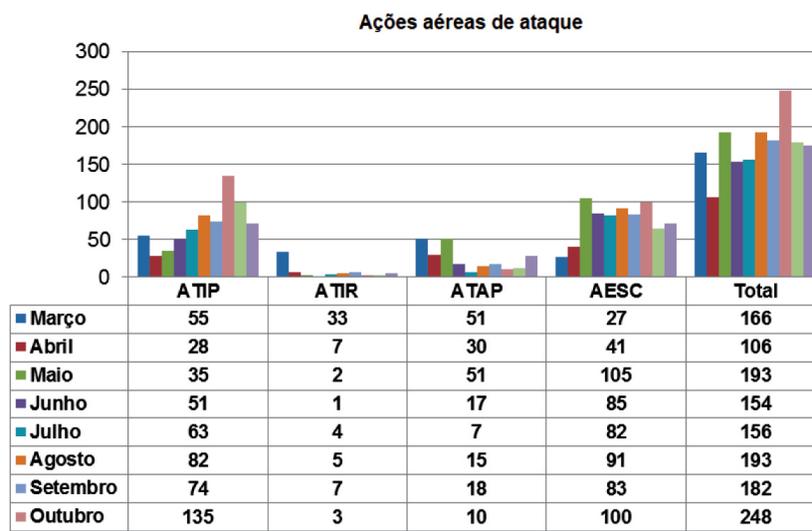


Gráfico 3 – Ações aéreas de transporte de março a dezembro de 1973.

Relativamente às missões TEVS de evacuação de feridos, convém referir que atingem o pico máximo em maio, durante a já referida crise militar que ocorreu nesta altura. Os Alouette III desempenham, neste âmbito, um papel importante com 102 ações TEVS no mês de maio, sendo seguidos pelo DO-27 (87 ações) e pelo Noratlas (26 ações)¹⁹. No entanto, apesar deste pico de atividade em maio, as

¹⁹ Arquivo Nacional de Defesa (AND). F2/SSR.002/87. Análise dos SITREPS Circunstanciados n.º 14, 15, 16 e 17/73 do COMZAVERDEGUINE, Bissau.

unidades mais atacadas pela guerrilha neste período ficam sem evacuação aérea, pois os Alouette III experimentam severas dificuldades em atuar nessas zonas, devido à proximidade entre as forças em confronto, que não permite que as forças portuguesas assegurem pequenas áreas de aterragem para os helicópteros, livres de tiroteio ou da queda de granadas de morteiro. Além disso, quando os guerrilheiros detetam a presença dos helicópteros, bombardeiam os quartéis ou as pistas. Os aviões ligeiros como o DO-27 também não podem atuar neste cenário, o que provoca graves dificuldades às unidades atacadas.

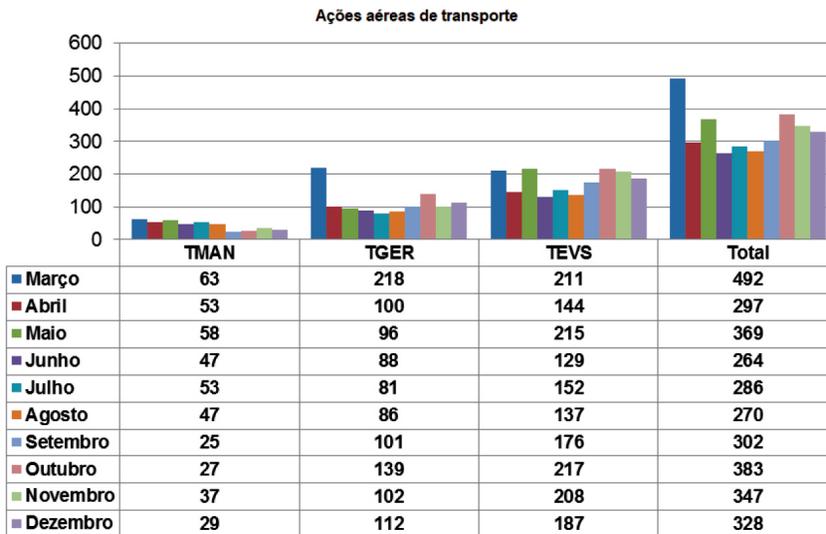


Gráfico 4 – Atividade operacional do Alouette III em 1973.

Convém, no entanto, referir que a Força Aérea não desistiu da utilização dos helicópteros. Na verdade, para proteger os helicópteros TEVS, decidiu aumentar a proteção armada a estes aparelhos, que começaram a ter dois Alouette III armados de escolta (AESC). No gráfico 4, podemos ver uma análise às missões TEVS e AESC do Alouette III, ao longo de 1973, que revela que o número de ações de

evacuação diminuiu, mas que as ações de escolta aumentaram de forma clara, confirmando o que foi dito anteriormente²⁰.

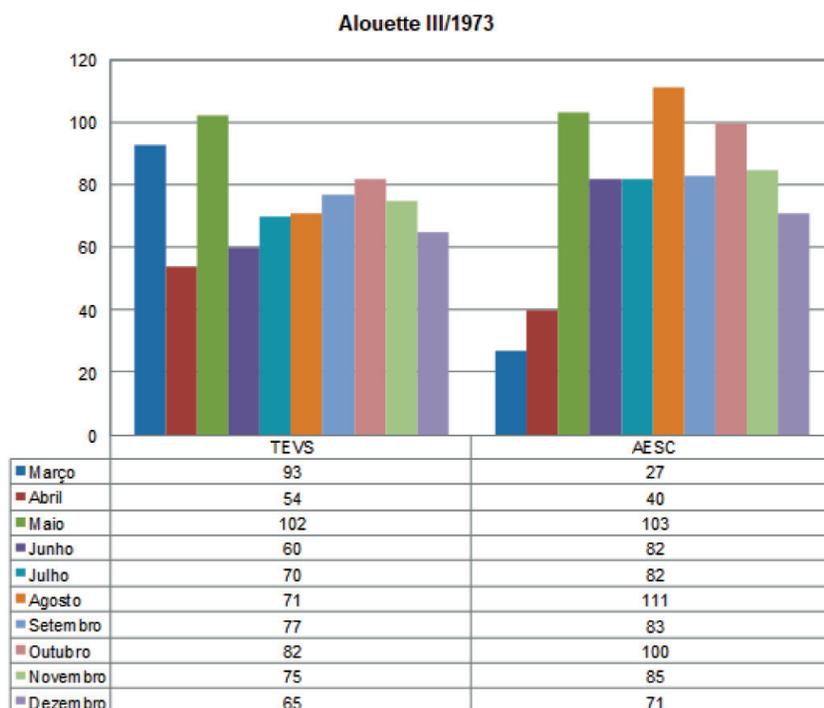


Gráfico 5 – Exploração operacional em 1973.

Por último, podemos analisar a exploração operacional das várias aeronaves da ZACVG, através do gráfico 5. O efeito do míssil é evidente, principalmente, nos aviões de hélice e menos significativo no Alouette III e no Fiat G.91. O caça italiano é mesmo o único meio aéreo que aumenta a sua atividade operacional ao longo do ano em análise. No saldo final, todavia, a exploração operacional do grupo

²⁰ Arquivo Defesa Nacional (ADN). F2/SSR.002/87 e 88. Análise dos SITREPS Circunstanciados n.º 14, 15, 16 e 17/73 do COMZAVERDEGUINE, Bissau.

operacional ressentir-se com o míssil ao longo do ano, ficando sempre abaixo dos níveis de março de 1973.

A saída de Spínola

Apesar do agravamento da situação militar, principalmente durante a crise militar de Guidage, Guileje e Gadamael, o regime político em Lisboa nunca expressou qualquer interesse em negociar a descolonização com o PAIGC, apostando na manutenção da guerra e no reforço da capacidade militar das forças no terreno. O primeiro alerta quanto à gravidade da situação é dado por Spínola, a 22 de maio de 1973, quando escreve uma carta ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), general Costa Gomes, e ao ministro do Ultramar, Silva Cunha, pedindo um reforço de meios para a Guiné «não tanto em ordem à obtenção do sucesso militar, mas tão-somente à prevenção de um colapso a prazo mais dilatado»²¹. Spínola alerta Costa Gomes e Silva Cunha para a possibilidade de um colapso militar na Guiné, o que provoca grande preocupação em Lisboa. É então decidido enviar o CEMGFA à colónia para se inteirar da situação²². Costa Gomes desloca-se à Guiné a 6 de junho e fala com os diversos sectores militares para diagnosticar a situação. No fim da visita, a 8 de junho, preside a uma reunião no quartel-general em Bissau, com a presença de Spínola e dos principais comandantes militares no território. Durante a reunião, os oficiais presentes, defendem que a situação militar exige um retraimento do dispositivo que evite o aniquilamento das guarnições de fronteira e concentre meios na zona mais interior da província de forma a «ganhar tempo

²¹ SPÍNOLA, António de – *País Sem Rumo. Contributo para a história de uma Revolução*. 1.ª Ed. Portugal: Editorial SCIRE, 1978, p. 56.

²² CUNHA, Silva – *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril*. Coimbra: Atlântida Editora, 1977, p. 53.

e consolidar um reduto final que *in extremis* ainda possa permitir uma solução política do conflito»²³. Outra preocupação manifestada na reunião é a possibilidade da guerrilha usar meios aéreos e Spínola alerta para a «extrema gravidade que se revestirá um ataque aéreo a Bissau, dada a vulnerabilidade dos órgãos essenciais de apoio logístico»²⁴. Face a esta análise, Spínola salienta a necessidade urgente de novos meios de combate na Guiné capazes de contrabalançar o crescente poderio militar do PAIGC, mas recebe de Costa Gomes a resposta, de que não é possível reforçar o teatro de operações com os pedidos feitos por Spínola, mas que concorda com a remodelação do dispositivo no sentido da retração das unidades de fronteira²⁵.

A impossibilidade de fornecer novos meios de combate e a alteração no dispositivo levam Spínola a pedir ao Governo a sua substituição na Guiné, o que só aconteceria em setembro de 1973, com a chegada a Bissau, do general Bettencourt Rodrigues. É já com Bettencourt Rodrigues que as forças portuguesas na colónia recebem algum reforço militar em homens, material antiaéreo obsoleto e um navio patrulha, mas nada que permita aumentar substancialmente o potencial de combate na Guiné²⁶. No entanto, o Governo de Marcelo Caetano vai preparando secretamente uma série de aquisições militares que passam essencialmente pela compra de novos aviões de combate e de transporte para a Força Aérea e de mísseis antiaéreos para o Exército, além de material de Artilharia. Para isso, efetua um empréstimo considerável junto da África do Sul, o grande aliado que Portugal tem na África austral.

²³ Arquivo Defesa Nacional (ADN). F3/17/34/4. Ata da reunião de Comandos de 8/6/73. Secretariado-Geral da Defesa Nacional. Processo n.º 2202, Pasta A.

²⁴ Idem – Ibidem.

²⁵ Idem – Ibidem.

²⁶ Arquivo Defesa Nacional (ADN). F3/17/34/4. Estudo do CCFAG sobre a área do Boé. Secretariado-Geral da Defesa Nacional. Processo n.º 2202, Pasta A.

O apoio sul-africano

Os contactos com os sul-africanos já tinham vários anos. Na verdade, desde 1972, que o Ministério da Defesa português discutia com o seu congénere sul-africano, a possibilidade de um empréstimo considerável da ordem dos 150-160 milhões de *rands* para a compra de material militar destinado ao Exército e à Força Aérea²⁷. No entanto, as negociações para este grande empréstimo só começam no final de agosto de 1973, em Pretória, sendo concluídas no final do ano. Finalmente, a 8 de março de 1974 é assinado um acordo de empréstimo de 150 milhões de *rands* (6 milhões de contos) entre Portugal e a África do Sul, para a compra de material de guerra, em prestações mensais de 5 milhões de *rands*²⁸. É o dinheiro de Pretória que permite a Lisboa obter os novos meios de defesa para a Guiné. Silva Cunha, que agora é ministro da Defesa, envia a 4 de março, ao seu homólogo sul-africano, uma lista com uma série de material de guerra que Portugal pretendia obter ao abrigo do empréstimo sul-africano. A lista é longa, mas estamos a falar no essencial de material de artilharia, munições, sistemas de defesa antiaérea e caças supersónicos Mirage, além de aviões de transporte e de observação²⁹.

Estas novas aquisições entusiasma Bettencourt Rodrigues que, no início de março de 1974, visita Silva Cunha, em Lisboa, sendo informado pelo ministro dos planos de rearmamento das forças armadas. Depois de regressar a Bissau, Bettencourt Rodrigues escreve a Silva Cunha dando conta que tinha ficado positivamente

²⁷ Arquivo Defesa Nacional (ADN). F3/25/58/21. Informação n.º 305/72 do Secretariado Geral da Defesa Nacional, Assunto: Lista de materiais a apresentar à RAS, 19 de ago. de 1972.

²⁸ Arquivo Defesa Nacional (ADN). F3/20/48/64. Memorial sobre o acordo do empréstimo de 150 milhões de *rands* firmados com a RAS Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), 18 de set. de 1975.

²⁹ Arquivo Defesa Nacional (ADN). PAA 1140. Carta do Ministro da Defesa Nacional para o Ministro da Defesa da República da África do Sul. Lisboa, 4 de mar. de 1974.

surpreendido «com o esforço feito no sector do rearmamento e reequipamento das forças armadas» e que esperava obviamente que os novos equipamentos chegassem à Guiné o mais breve possível para lhes dar uso na próxima época³⁰. Esta carta mostra que a intenção de Bettencourt Rodrigues era obviamente continuar a guerra com um reforço do poder militar português através de novos armamentos.

Os contactos de Londres

Sensivelmente, na mesma altura, em finais de março, o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, envia a Londres um diplomata português, José Manuel Villas-Boas, para encetar contactos com uma delegação do PAIGC e oferecer a independência política da Guiné, todavia, sem estabelecer um calendário. Este contacto, altamente secreto, visava sobretudo obter um cessar-fogo na Guiné e abrir caminho para a independência, que viria numa fase posterior. Depois de um primeiro encontro sem grandes desenvolvimentos foi marcado um segundo para maio de 1974, que nunca chegou a ter lugar devido à Revolução de Abril³¹. Até hoje, ainda não se sabe até que ponto esta iniciativa diplomática consentida por Marcello Caetano correspondia a uma verdadeira intenção de negociar com o PAIGC. João Hall Themido, que na altura era embaixador em Washington, conta, nas suas memórias, que Caetano limitou-se a não proibir esse encontro, transferindo todas as responsabilidades para Rui Patrício³². Seja como for, não se percebe qual a verdadeira intenção

³⁰ Arquivo Defesa Nacional (ADN). F1/29/7. Carta do Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné para o Ministro da Defesa Nacional, 12 de mar. de 1974.

³¹ VILLAS-BOAS, José Manuel – *Caderno de Memórias*. Lisboa: Editora Temas e Debates, 2003, p. 100-106.

³² THEMIDO, João Hall – *Dez anos em Washington 1971-1981. As verdades e os mitos nas relações luso-americanas (Caminhos da memória)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995, p. 151.

de enviar Villas-Boas a Londres, quando o Governo português tentava desesperadamente reforçar o seu poder militar na Guiné e nas restantes colónias com a aquisição de novos armamentos. O próprio Rui Patrício envolve-se nas negociações para a compra dos Mirage pressionando o Governo francês a vender os caças sem restrições, pois Paris não queria autorizar o estacionamento destes aviões na Guiné³³. Pressiona também Washington para vender mísseis terra-ar portáteis para serem usados na Guiné³⁴. Por outro lado, a longa lista de material de guerra que Silva Cunha envia ao seu colega sul-africano, em março de 1974, para ser financiada pelo empréstimo de Pretória, não indica que o Governo português estivesse particularmente interessado em negociar a paz. O ministro do Ultramar, Baltazar Rebelo de Sousa, autoriza na Guiné, em janeiro de 1974, contactos exploratórios com o Senegal de forma a intermediar um encontro com Luís Cabral do PAIGC, mas sem qualquer intenção de negociar a descolonização³⁵. Sendo assim é lícito concluir que a opção de Marcello Caetano em relação ao Ultramar foi sempre a solução militar e que os contactos de Londres não passaram de uma manobra dilatória para ganhar algum tempo, enquanto não chegavam as novas armas. Só que o rumo da história de Portugal e das colónias africanas estava prestes a mudar às mãos dos capitães de Abril, muitos deles ex-combatentes na Guiné. Cansados da guerra e da falta de soluções políticas, este movimento de jovens oficiais transformou-se, rapidamente, num movimento militar de contestação ao Governo levando a cabo o golpe militar de 25 de Abril³⁶.

³³ MATOS, José – «A história secreta dos Mirage portugueses». 2.^a Parte. *Revista Mais Alto*. Amadora: Força Aérea Portuguesa. N.º 401, 2013, p. 29.

³⁴ MATOS, José – «La psychose des MiG dans la guerre de Guinée». *Airmagazine*. N.º 61, Avril-Mai 2014, p. 70-71.

³⁵ Ver Arquivo Defesa Nacional (ADN). F3/17/35/12. Operação Pirada.

³⁶ LEMOS, Mário Matos e – *O 25 de Abril, uma síntese, uma perspetiva*. 1.^a Ed. Lisboa, Editorial Notícias, 1986, p. 61-91.

Conclusões

Em conclusão podemos salientar alguns aspetos que parecem ser de particular interesse no impacto que os mísseis terra-ar tiveram na guerra da Guiné. Em primeiro lugar, foi durante a guerra da Guiné que, pela primeira vez, uma força de guerrilha usou este novo tipo de arma. No Vietname de 1972 a 1973, este tipo de míssil só tinha sido usado pelas forças regulares norte-vietnamitas, e não pelos guerrilheiros vietcongues. Depois da Guiné, estes mísseis aparecem nas mãos de forças irregulares na Europa, no Médio Oriente, América Latina, também em África e em toda a Ásia. A Guiné, no entanto, representou o primeiro teste. Em segundo, a guerra na Guiné também representou o primeiro uso em combate de uma nova versão do míssil Strela, o Strela-2M, conhecido na OTAN como SA-7B «GRAIL Mod 1». As forças ocidentais nunca antes tinham visto esta versão em combate e tiveram assim a oportunidade de analisar o míssil a partir de fragmentos recolhidos na Guiné. É interessante notar a este nível, o grau de cooperação que se estabeleceu rapidamente entre os serviços de informação portugueses e outros serviços estrangeiros, que identificaram a versão do míssil e forneceram aos portugueses informação abundante sobre esta arma soviética. Em terceiro, a reação da Força Aérea Portuguesa foi semelhante ao da Força Aérea americana (USAF) e sul-vietnamita no Sudeste Asiático. Implementou rapidamente várias contramedidas que reduziram a eficácia do míssil. Em quarto, a reação da Força Aérea reduziu o impacto tático da nova arma. Embora surpreendidos inicialmente, os pilotos conseguiram contornar a ameaça antiaérea e recuperar o controlo sobre a generalidade das ações de apoio que prestavam às forças terrestres. Em quinto, apesar do agravamento da situação militar, o regime político em Lisboa nunca expressou qualquer interesse em negociar a descolonização com o PAIGC, apostando na manutenção da guerra e no reforço da capacidade militar das forças

portuguesas. Para isso serviu-se do apoio sul-africano que o regime de Pretória dava a Portugal para a manutenção da guerra e valendo-se de um empréstimo considerável tentou reequipar as forças armadas. Em paralelo autorizou contactos diplomáticos com uma delegação do PAIGC em Londres, mas esta iniciativa parece não ter passado de um expediente para ganhar tempo enquanto não chegavam as novas armas ou então de uma manobra desesperada de um regime que já não sabia o que fazer na Guiné.

No entanto, o falhanço em negociar uma solução política para o problema do Ultramar contribuiu para a chamada revolta dos capitães que cansados da guerra perceberam que a única forma de mudar a situação política do país e das colónias era derrubar o Governo e instaurar um regime democrático.

Arquivos

Arquivo Defesa Nacional (ADN)

- Fundo Geral SGDN/1690. Relatório sobre a situação no Ultramar n.º 4/73, CTI Guiné, Anexo A.
- Fundo Geral SGDN/5681/7. Informação Suplementar do Secretariado Geral da Defesa Nacional. Assunto: União Soviética: Míssil Terra-Ar individual GRAIL (SA-7). Fonte: DGS, 9 de abr. de 1973.
- Fundo Geral SGDN/5681/7. Informação n.º 1387/RB c/anexo da 2.ª Repartição do Secretariado Geral da Defesa Nacional para o Estado-Maior do Exército. Assunto: Míssil Terra-A. 4 de jun. de 1973.
- Fundo Geral SGDN/5681/7. Manual ST-CS-14-232-72. *Missile Intelligence Agency* (MIA). dez. de 1972.
- Fundo Geral SGDN/5681/7. *Defense Intelligence Agency*. Teletype message, 111808Z SEP 73, to *Defense Attach Office*. Lisbon: 11 de set. de 1973.
- F1/29/7. Carta do Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné para o Ministro da Defesa Nacional, 12 de mar. de 1974.
- F2/SSR.002/87. Análise dos SITREPS Circunstanciados n.º 14, 15, 16 e 17/73 do COMZAVERDEGUINE, Bissau.
- F2/SSR.002/87 e 88. Análise dos SITREPS Circunstanciados n.º 14, 15, 16 e 17/73 do COMZAVERDEGUINE, Bissau.

- F3/1/1/1. Relatório Imediato n.º 5641/73/DI/3/SC da DGS sobre o míssil solo – ar Strella, 31 de out. de 1973.
- F3/17/34/4. Ata da reunião de Comandos de 8/6/73. Secretariado-Geral da Defesa Nacional. Processo n.º 2202, Pasta A.
- F3/17/34/4. Estudo do CCFAG sobre a área do Boé. Secretariado-Geral da Defesa Nacional. Processo n.º 2202, Pasta A.
- F3/17/35/12. Operação Pirada.
- F3/20/48/64. Memorial sobre o acordo do empréstimo de 150 milhões de *rands* firmados com a RAS Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), 18 de set. de 1975.
- F3/25/58/21. Informação n.º 305/72 do Secretariado Geral da Defesa Nacional, Assunto: Lista de materiais a apresentar à RAS, 19 de ago. de 1972.
- PAA 1140. Carta do Ministro da Defesa Nacional para o Ministro da Defesa da República da África do Sul. Lisboa, 4 de mar. de 1974.

Air Force Historical Research Agency (AFHRA)

«Oral History Interview of General John W. Vogt, Jr., by Claude G. Morita» *Seventh Air Force History. Implications of Modern Air Power in a Limited War*. Typed transcript, in USAF Collection, AFHRA, 29 November 1973.

Arquivo Histórico-Diplomático (AHD)

Arquivo Histórico Militar (AHM)

AHM/DIV/2/4/228/2. Diretiva 20/73 do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné. Bissau, 29 de mai. de 1973.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Arquivo PIDE/DGS. Processo 641/61 PAIGC

Informação n.º 218/73-D.S. Inf. 2 da Delegação da Guiné da DGS. Assunto: Atividade do PAIGC, 3 de abr. de 1973, pasta 9, fls. 102/104.

Informação n.º 247/73-D.S. Inf. 2 da Delegação da Guiné da DGS. Assunto: República da Guiné – Situação do PAIGC, 9 de abr. de 1973, pasta 7, fls. 190/192. Processo 332-CI (2).

Relatório de interrogatório n.º 41/73 anexo à informação 306/73-D.S. Inf. 2 da Delegação da Guiné da DGS. 1 de mai. de 1973, pasta 9, fls. 102/104.

Referências bibliográficas

- CABRAL, Luís – *Crónica da Libertação*. Lisboa: Edições *O Jornal*, 1984, 464 p.
- CUNHA, Silva – *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril*. Coimbra: Atlântida Editora, 1977, 363 p.
- GETHING, Michael J. – *Jane's Electro-Optic Systems 2011 – 2012*. 17.ª Ed. London: Janes Information Group, 2011, 837 p. ISBN-13 978-0710629661.
- LEMOS, Mário Matos e – *O 25 de Abril, uma síntese, uma perspetiva*. 1.ª Ed. Lisboa, Editorial Notícias, 1986, 215 p.
- MATOS, José – «*A história secreta dos Mirage portugueses*». 2.ª Parte. *Revista Mais Alto*. Amadora: Força Aérea Portuguesa. N.º 401, 2013, p. 25-29.
- «*La psychose des MiG dans la guerre de Guinée*». *Airmagazine*. N.º 61, Avril-Mai 2014, p. 58-75.
- «*New N. Viet Missile Causes Changes in U. S. Pilots' Tactics*». *The Washington Post and Times Herald*. Washington D. C. LCCN sn 8402453915. A 12, July 1972.
- SPÍNOLA, António de – *País Sem Rumor. Contributo para a história de uma Revolução*. 1.ª Ed. Portugal: Editorial SCIRE, 1978, 457 p.
- THEMIDO, João Hall – *Dez anos em Washington 1971–1981. As verdades e os mitos nas relações luso-americanas (Caminhos da memória)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995, 215 p. ISBN 978-9722012621.
- VILLAS-BOAS, José Manuel – *Caderno de Memórias*. Lisboa: Editora Temas e Debates, 2003, 264 p. ISBN 9789727596041.